



Além da edição impressa, as notícias do Agronegócio são publicadas diariamente no site do JC. Aponte a câmera do celular para o QR Code e acesse. www.jornaldocomercio.com/agro



China reconhece Brasil como livre da febre aftosa

Maior parte das exportações de carne bovina pela China vem do mercado nacional; País busca saída para cota à commodity

WENDERSON ARAUJO/CNA/JC

A China reconheceu o Brasil como país livre da febre aftosa, revogando uma série de medidas que restringiam a plena exportação de carne bovina ao país asiático.

A nova determinação revoga decisões chinesas de 2002, 2005 e 2009, sendo a última a que reconhecia apenas Santa Catarina, Acre, Espírito Santo, Goiás, Distrito Federal, Minas Gerais, Mato Grosso, Paraná, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Sergipe, São Paulo, e a região centro-sul do Pará como livres da doença. Também afirmava que Bahia, Tocantins e Mato Grosso do Sul, com exceção de zonas de monitoramento designadas, estavam sem a febre aftosa.

A medida foi anunciada um ano após o governo brasileiro, por meio do Mapa (Ministério da Agricultura e Pecuária), solicitar às autoridades chinesas o reconhecimento do país como livre da doença sem vacinação. Isso significa que o território nacional conseguiu eliminar de forma eficaz a circulação do vírus da febre aftosa e não precisa mais aplicar vacinas para manter a enfermidade sob controle.

Pouco antes do pedido, em meados de maio, o país foi declarado livre de febre aftosa sem vacinação pela Organização Mundial de Saúde Animal (OMSA). A decisão mobilizou a Embaixada do Brasil em Pequim a sugerir um pedido formal à Administração-Geral de Aduanas da China (GACC) e ao Ministério da Agricultura e Assuntos Rurais da Chi-

na. Em 2024, o governo já havia recebido uma missão técnica chinesa para verificar os controles sanitários do país em relação à carne bovina. Apesar de a avaliação ter sido positiva, a autoridade aduaneira de Pequim solicitou informações adicionais.

No ano seguinte, o governo enviou mais informações técnicas à China, com detalhes sobre os programas de erradicação e vigilância.

O Brasil responde pela maior parte das importações de carne bovina do país asiático, e busca saídas para sobreviver à salvaguarda para a commodity imposta por Pequim no fim do ano passado, determinando uma cota máxima para importação por país entre 2026 e 2028. No período, todos aqueles que exportam para a China terão uma cota máxima anual, e caso ultrapassem esse valor, serão taxados em 55%.

No caso do Brasil, a decisão estabelece um limite anual equivalente a cerca de 65% do total exportado pelos frigoríficos brasileiros em 2025, o que causará redução global estimada em cerca de 10% nas vendas dos produtos bovinos ao exterior, segundo a Abiec (Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes).

O reconhecimento do Brasil como livre da doença foi anunciado às vésperas da visita do chanceler Mauro Vieira a Pequim nesta semana. O ministro viajou à capital do país asiático para a 5ª edição do Diálogo Estratégico Global Brasil-China, mecanis-



País conseguiu eliminar a circulação do vírus da aftosa e não precisa aplicar vacina de imunização

mo de consulta política entre os chanceleres dos dois países que ocorre desde 2014.

Na ocasião, foram discutidos temas como as trocas bilaterais, em especial a necessidade brasileira de comprar mais fertilizantes. O Brasil é dependente da importação desses insumos e teve a China como principal origem em 2025.

Em viagens anteriores ao Uzbequistão e ao Cazaquistão, o chanceler também teve o abastecimento de fertilizantes como pauta central, uma vez que a instabilidade provocada no setor pela guerra no Irã tem gerado preocupação entre os agri-

cultores para o plantio da safra de verão.

De acordo com o presidente da Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA), Ricardo Santin, a medida representa um importante avanço para a consolidação da confiança sanitária construída entre Brasil e China ao longo das últimas décadas e reforça o reconhecimento internacional da robustez do sistema brasileiro de defesa agropecuária.

“O resultado é fruto de um trabalho técnico consistente conduzido pelo MAPA, consolidado pelo Ministro André de Paula, em conjunto com o Secretário

de Relações Internacionais, Luis Rua, e de Defesa Agropecuária, Carlos Goulart, com o Ministério das Relações Exteriores, a ApexBrasil, os serviços estaduais de defesa agropecuária e o setor produtivo, culminando em mais uma importante conquista para a suinocultura e toda a agropecuária nacional. O anúncio também amplia as oportunidades para a cadeia produtiva brasileira de carne suína, especialmente em estados que passam a contar com o mesmo reconhecimento sanitário anteriormente concedido apenas a regiões específicas do país”, analisa.

O Agro se move com conhecimento, qualificação e cuidado.



O Senar promove conhecimento, formação e capacitação prática para fortalecer o Agro em todo o estado, por meio de cursos, Assistência Técnica e Gerencial e ações de Promoção Social.



Escaneie o QR Code e conheça a nossa nova campanha.

senar-rs.com.br @senar_rs senarRS senar_rs



Conhecimento que movimenta o Agro.